



Assembleia da República
Gabinete do Presidente

N.º de Entrada 397527

Classificação

01704.02

11 Data 23
REQUERIMENTO 05 Número



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

REQUERIMENTO / XI (.ª)

PERGUNTA Número 3959/XI (2 .ª)

Expeça-se

Publique-se

23 05 2011

Q Secretário da Mesa

[Signature]

Assunto: Demissão na Agência Lusa

Destinatário: Ministério do Trabalho e Solidariedade Social

*Por determinação de S. S. C. P. A. B.
do Secretário da Mesa*

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

11.05.23

Veio esta semana a público, através da comunicação social, a demissão por parte da Agência Lusa de mais uma jornalista, membro da Comissão de Trabalhadores da agência, por "falta de confiança política".

Esta trabalhadora foi mesmo a porta-voz da Comissão de Trabalhadores da agência perante a Comissão Parlamentar de Ética, Sociedade e Cultura, na Assembleia da República, onde foi também discutida a sustentabilidade financeira da Agência.

Os motivos em causa são, mais uma vez, completamente discricionários: "falta de confiança hierárquica e política", na versão do superior hierárquico da jornalista, ou "falta de confiança profissional e hierárquica" nas declarações do Presidente do Conselho de Administração, Afonso Camões, ao jornal Público.

Esta demissão é já a segunda demissão na Lusa num curto espaço de tempo. Já em Abril surgiu a notícia da demissão da jornalista Sofia Branco, editora da Agência Lusa, por parte da Direcção de Informação, por alegada "quebra de confiança", num episódio que envolvia um assessor do Primeiro Ministro, José Sócrates.

O Bloco de Esquerda tem a convicção de que a comunicação social deve ser absolutamente transparente, pautando-se por critérios de rigor e isenção. Se esta exigência é válida para o sector privado, mais ainda se impõe na agência noticiosa pública.

Desta forma, o Bloco de Esquerda considera inaceitável a demissão de jornalistas sem a invocação de um motivo plausível ou que possa sequer fundamentar essa decisão. Para além disso, e como esta jornalista foi a porta-voz da Comissão de Trabalhadores na Comissão de Ética na Assembleia da

República, não ficam totalmente afastadas possíveis suspeitas quanto aos motivos da demissão em causa. É também por isso que a transparência deve ser exigida, para que todas as situações sejam absolutamente claras e não restem dúvidas de possíveis interferências do poder político na comunicação social.

Decorreu também recentemente na Assembleia da República uma Comissão de Inquérito, por factos de natureza similar e de extrema gravidade. Para além disso, no âmbito da Comissão de Ética, foram levadas a cabo inúmeras audições, todas com o mesmo objectivo: garantia de não interferência do poder político na comunicação social e total independência da mesma.

Para o Bloco de Esquerda considera a liberdade de imprensa é um valor fundamental numa Democracia e num Estado de Direito e condena toda e qualquer prática que se oponha a isso.

Sendo esta a segunda situação semelhante surgida na Agência Lusa num tão curto espaço de tempo, e em véspera de eleições, a questão torna-se mais importante ainda. Coloca-se, por isso, no centro do debate, qual a situação da Agência Lusa e orientações no que se refere ao exercício e exoneração dos trabalhadores, e em especial no que se refere à alegada "falta de confiança política" para justificar demissões de jornalistas

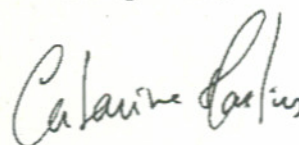
O Bloco de Esquerda considera esta situação da mais extrema gravidade, exigindo esclarecimentos públicos quanto ao sucedido.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério do Trabalho e Solidariedade Social, as seguintes perguntas:

1. Está o Governo a par do acima descrito?
2. Como explica esta situação?
3. Que medidas pretende tomar para esclarecer este assunto de forma cabal?

Palácio de São Bento, 20 de Maio de 2011.

A Deputada,



Catarina Martins